

Chefe do EMFA apóia nota e condena a alta dos juros

Da sucursal do
RIO

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Waldir Vasconcelos, defendeu ontem uma reforma do sistema financeiro internacional, ao analisar o problema da dívida externa do País, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio.

Ao falar sobre os reajustes da prime rate, taxa de juros flutuante que é fixada pelos bancos dos Estados Unidos, fazendo oscilar a dívida externa à revelia do governo brasileiro, o brigadeiro afirmou, na primeira manifestação de um ministro militar de apoio à renegociação da dívida externa:

“Nós tomamos empréstimo a uma taxa de juros, e na execução da operação financeira a taxa de juros varia sem que sequer nós possamos opinar, e isto é muito injusto, principalmente porque o Brasil tem demonstrado a sua decisão de se esforçar dentro de seus limites para pagar a sua dívida”.

O ministro-chefe do EMFA, apoiou a decisão do governo brasileiro de formalizar uma posição comum, junto com o México, Argentina e Colômbia, em defesa da mudança das políticas financeira e comercial, para ampliar o acesso de seus produtos aos mercados internacionais.

Ele considerou válida a nota conjunta em que Brasil, México, Argentina e Colômbia enfatizaram a necessidade de haver melhores prazos de amortização de suas dívidas, redução da taxa de juros e instituição de períodos determinados de suspensão das prestações.

“O Brasil está dentro da recessão econômica mundial, e é um dos poucos que têm capacidade de sair desta situação. E o esforço nacional é dirigido para sair desta recessão, para

evitar o desemprego, para assegurar condições de bem-estar à população”, acrescentou o ministro-chefe do EMFA.

Após situar o Brasil entre as nações que destinam menor porcentagem do seu Produto Interno Bruto (PIB) para o orçamento das Forças Armadas, o brigadeiro afirmou que “isso acontece porque a área social precisa de mais recursos, o homem brasileiro tem de ser amparado, o que se é meta prioritária em qualquer conjuntura, torna-se mais relevante em um quadro de dificuldades internacionais e nacionais”. O ministro disse que “conscientes das necessidades da área social, as Forças Armadas têm aceitado as restrições orçamentárias, mas fazem o máximo dentro do possível, como a nacionalização crescente do material, com o expressivo aumento da capacidade das indústrias bélica, naval e aeronáutica”.

O ministro voltou a criticar o “crescimento desordenado da população brasileira”, e ao analisar o problema das grandes áreas desabitadas da região amazônica, o brigadeiro disse: “A ocupação da Amazônia terá de ser feita com homens brasileiros, preparados fisicamente para tal objetivo, e a necessidade de isso ser feito, com as condições adequadas, não torna menos problemática a superpopulação de outras regiões, que surgiu através da paternidade irresponsável”.

“A falta de planejamento familiar poderá, por isso, contribuir para o agravamento da problemática social do País, esta vista não somente pela incapacidade de se acompanhar a explosão demográfica com os planos de desenvolvimento, mas pela necessidade de se evitar que milhões de brasileiros continuem a nascer sem ter garantidos fatos indispensáveis para a sua sobrevivência e o seu direito à dignidade humana: saúde, educação, habitação e trabalho”, concluiu o ministro.